
Serrano explica decreto

por Célia de Gouvêa Franco
de Brasília

O diretor da Área Externa do Banco Central, José Carlos Madeira Serrano, que viaja neste fim de semana para os Estados Unidos, só voltará ao Brasil depois que o Congresso Nacional votar o Decreto-lei nº 2.065. A expectativa oficial é de que o 2.065 seja aprovado até o dia 9 e, enquanto não existe uma definição a respeito, Serrano e um de seus principais auxiliares — Carlos Eduardo de Freitas, chefe do Departamento de Operações Internacionais do BC — permanecerão em Nova York para prestar diretamente quaisquer esclarecimentos requeridos pelos credores internacionais do Brasil.

Também foi adiada a volta ao País do chefe do Departamento Econômico do Banco

Central, Alberto Sozím Furuguem, que viajou com o presidente da entidade, Affonso Celso Pastore, na noite de terça-feira, para os Estados Unidos. Na sexta-feira, a informação disponível no BC era de que Furuguem retornaria no domingo ao Brasil, pois passaria ainda o sábado em reuniões com técnicos dos bancos internacionais.

Todos esses encontros e viagens ao exterior de representantes do governo brasileiro têm o objetivo de explicar com detalhes as propostas para a política salarial contidas no 2.065 e as diferenças em relação ao Decreto-lei nº 2.045, rejeitado pelo Congresso Nacional. Busca-se principalmente demonstrar que os efeitos dos dois decretos-lei são semelhantes em termos de combate à inflação.
